



Entrevista com João César Netto

Entrevista: Vicente Fonseca

Transcrição: Marcos Almeida Pfeifer

Professor do Instituto de Informática, João Cesar Netto desde cedo sempre se envolveu com ações de gestão dentro da UFRGS. Entre os cargos que ocupou estão dois períodos dentro Comissão de Extensão de sua unidade (sendo coordenador dela em 2007 e 2008), outros dois como presidente da Câmara de Graduação (2014 a 2016, e de 2020 até agora) e dois mandatos como presidente da Câmara de Extensão (2016 a 2020). Estas experiências lhe deram uma condição privilegiada para ajudar a conduzir uma das maiores mudanças pela qual passaram os cursos de graduação da UFRGS: a obrigatoriedade de 10% de créditos de extensão em todos os currículos. Nesta entrevista, Netto traz a resolução de algumas das principais dúvidas sobre a inserção curricular dentro da Universidade, fala sobre sua trajetória e comenta o desafio que tem sido realizar este trabalho tão complexo, que remete a discussões iniciadas em 2016 e deve ser finalmente implantado no primeiro semestre letivo de 2023.

Revista da Extensão: Olá, professor João. Queríamos inicialmente agradecer a sua disponibilidade para conversar conosco sobre este importante tema da inserção curricular da Extensão. Vamos inicialmente falar um pouco da sua trajetória extensionista?

João Netto: Eu que agradeço o convite, pois este é um tema muito importante, com o qual eu tenho me envolvido nos últimos anos. A minha trajetória na extensão começa um pouco antes de a própria extensão ser formalizada. Entrei na Universidade em 1989, no início também do Instituto de Informática, e houve duas situações interessantes: uma delas é que o Instituto sempre teve muito relacionamento com a sociedade na forma de fazer projetos, muito mais interação na parte tecnológica do que propriamente social. Mesmo assim, me envolvi muito com a temática social bem antes de ela ser catalogada como extensão. O curioso é que, quando eu entrei na Universidade, o formato de organização de Unidade era um pouco diferente, organizada

em Congregação, o que hoje se chama Conselho da Unidade. E na Congregação existiam representantes das classes de professores (auxiliar, assistente e adjunto). Fazia muitos anos que não havia concurso e fui o primeiro a entrar na classe de auxiliar num primeiro concurso homologado após algum tempo, então entrei automaticamente na Congregação e já participando das ações de gestão, questão que afetava e afeta muito as Unidades da Universidade. Os Diretores orientavam muito bem na condução dos temas, e fui me envolvendo com os aspectos da gestão, da extensão e do ensino e pesquisa.

Revista da Extensão: Certamente este foi um passo importante para o teu posterior entendimento e envolvimento com as questões institucionais da Extensão.

João Netto: Sim. Ao longo do tempo as coisas foram amadurecendo e eu fui convidado para ser o coordenador de Extensão do Instituto de Informática na Comissão de Extensão. Nessa

época comecei a interagir muito com o pessoal da PROEXT na organização de alguns eventos, como o Salão de Extensão, entre outras atividades capitaneadas pela Pró-Reitoria de Extensão, o que me deu uma visão muito mais ampla da Extensão nas outras Unidades. Aí surgiu o meu envolvimento com o tema de maneira mais formal, onde comecei a estudar sobre a temática da Extensão. Até que em determinado instante, após dois mandatos na Câmara de Graduação, me candidatei à Câmara de Extensão, passando a ter uma interação maior com a PROEXT e às Comissões de Extensão das outras Unidades. Logo que eu entrei na Câmara de Extensão, havia sido recentemente formalizado na gestão anterior o Fórum de Coordenadores de Extensão, que discutia assuntos em comum, abordando o sistema e as características, onde participei muito dos processos de seleção de bolsas. Isso fez eu me aprofundar e conhecer melhor as diversas ações de extensão da Universidade, que acontecem nas unidades. E também ter a noção clara da contribuição acadêmica da atividade de extensão na formação do perfil do estudante.

“O estudante que faz extensão tem uma formação ampliada, tem mais consistência no falar. Participar de uma atividade de extensão traz a oportunidade de uma formação mais completa”

Revista da Extensão: E a que conclusão o senhor chegou com relação a essa contribuição acadêmica que a Extensão propicia ao estudante que se envolve com ela?

João Netto: Depois de toda essa caminhada que fiz, na qual assisti, participei e promovi ações de extensão, foi possível notar que o estudante que faz extensão tem uma formação ampliada, tem mais consistência no falar. Participar de uma

atividade de extensão traz a oportunidade de uma formação mais completa não só transversal, no sentido de interdisciplinaridade, mas também na área técnica específica do curso do estudante. A extensão é mais do que uma regra do PNE (NR: Plano Nacional de Educação), do Conselho Nacional de Educação: ela é decisiva e faz parte da formação do estudante. Por conta dessa trajetória, fui designado para elaborar a proposta de Inserção Curricular da Extensão. Então, aproveitei toda essa caminhada na Extensão e junto a outros colegas até chegar a esta fase de conseguir operacionalizar a inserção curricular da Extensão.

Revista da Extensão: A partir da obrigatoriedade da inserção de 10% dos créditos de extensão nos currículos de graduação, e considerando o que o senhor disse sobre os diversos impactos positivos da extensão na formação dos estudantes, já que todos terão de passar pela extensão, como o senhor imagina que serão os efeitos de médio e longo prazo na formação dos estudantes?

João Netto: O impacto é muito bom em vários aspectos: além da questão técnica, a parte vivencial vai auxiliar os estudantes a se definirem quanto à sua profissão no sentido de que muitos têm dúvida ou se desanimam com a carga horária acadêmica logo de início e, no momento que se tem uma extensão voltada à área do curso, há uma maior definição aos estudantes. Nos Salões de Extensão sempre surgem depoimentos de alunos dizendo que a partir do terceiro ou quarto semestre, quando passam a atuar nas ações de extensão de suas unidades, eles dizem algo como “tive a certeza de que esse é o curso que quero fazer”. O outro aspecto positivo é a contribuição na formação cidadã – e, no caso das Engenharias, a contribuição para formação das competências não-técnicas ou transversais, que são requisitos para todos os cursos. É a transversalidade inerente a todos os cursos: não há nenhuma diretriz nacional que não diga “o seu curso deve incluir a formação para trabalhar em equipe, saber ouvir”, bem como as leis da educação para

inclusão, étnico-racial, ambiental. Esses objetivos são atendidos também através das atividades extensionistas, pois a própria extensão é que vai oportunizar o desenvolvimento das competências não -técnicas. Ela proporciona a formação de equipes multidisciplinares compostas por vários tipos de profissionais diferentes, em contato com pessoas da comunidade externa, que não falam o mesmo dialeto de dentro da Universidade, num processo em que o extensionista precisa acolher, entender, sistematizar e aprender também. Tudo isso faz com que a extensão tenha uma contribuição positiva, significativa na formação do estudante.

“Sempre tive o hábito de realizar as reuniões sempre que possível fora da Câmara, nas unidades. Assim, tive a oportunidade de conhecer vários lugares da Universidade e a possibilidade de vislumbrar diversos projetos cooperativos”

Revista da Extensão: O senhor se tornou uma referência de como proceder quanto à inserção dentro da UFRGS. Não quero agora falar do professor, mas do cidadão João Netto: como é que o senhor se sente por ter se tornado essa referência para todas as unidades que o procuram, a partir de sua experiência na CAMEX e na Câmara de Graduação também?

João Netto: Eu agradeço sempre a oportunidade quando vou às unidades, seja presencial ou remotamente, pois é um momento em que eu aprendo muito a ver a diversidade da Universidade. Obviamente conheço outras pessoas, contatos, e cada vez mais entendo o quão diversa ela é, e o quanto a gente deve trabalhar para que essas coisas possam se articular em conjunto. Sempre tive o hábito, tanto como presidente da Câmara de Graduação quanto da Câmara

de Extensão, de realizar as reuniões ou algum evento que precisava da presença da câmara mais formal, sempre que possível fora da Câmara. Preferia ir às unidades nestas ocasiões. Assim, tive a oportunidade de conhecer vários lugares e salas da Universidade, o que não seria possível se não houvesse essa condição. Isso me deu a possibilidade de vislumbrar diversos projetos cooperativos, dando sugestões “quem sabe, uma coisa puxa a outra”. Um exemplo que virou um projeto de extensão agora na época da Covid-19: o pessoal do ICBS (NR: Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS) fez todos os exames para o Estado, o LACEN (NR: Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul), depois para a Prefeitura de Porto Alegre, em grande quantidade. Através desse conhecimento, desse contato de já ter falado inclusive sobre inserção curricular da extensão com a unidade, se articulou um projeto dela com o Instituto de Informática, no qual bolsistas fizeram o sistema informatizado que permitiu a realização de até mil exames por dia, junto com o ICBS e toda força de trabalho excelente deles, mas sistematizando, reunindo, coletando resultados de forma mais rápida e permitindo com que o laudo saísse no mesmo dia. Se tu não conheces as pessoas, isso não acontece. Isso é próprio da dinâmica da Extensão: as coisas se fazem na articulação do inter-relacionamento pessoal. Por isso, sempre gostei de visitar as unidades, e sempre que me chamam procuro dar prioridade e ir ao encontro, para que, ao conhecer a Universidade, a gente possa coletar essas sugestões e ajudar nessa organização.

Revista da Extensão: Como foi o histórico da construção da Resolução 29/2021 e outros marcos legais em que o senhor se envolveu com relação à inserção curricular da Extensão na UFRGS?

João Netto: A discussão foi capitaneada pela professora Sandra (NR: Sandra de Deus, pró-reitora de Extensão da UFRGS entre 2008 e 2020) durante sua gestão na PROEXT.

Foi objeto de discussão lá em 2016 e 2017, nos chamados Diálogos da Extensão, período no qual eu estava na Câmara de Extensão também e participava do evento ouvindo os extensionistas. Desde 2001 já consta no PNE, a inserção de 10% da carga horária de extensão nos cursos de Graduação. Porém, o plano é uma lei muito ampla: não dá data, não estabelece a regulamentação em si. Alguns estavam interpretando de um jeito, outros, como a UFRJ (NR: Universidade Federal do Rio de Janeiro) estavam avançando na situação nos últimos anos. Depois, quase que concomitante com o estabelecimento da Resolução do CNE, 07/2018, a Pró-Reitoria de Graduação então instituiu uma comissão para estudar o assunto da inserção curricular da extensão e fazer uma proposta ao Conselho Superior de como normatizar isso dentro da Universidade. Isto já fazia parte dos planos da UFRGS mesmo antes de sair a resolução do CNE. Essa comissão era composta por membros docentes do CEPE, representantes discentes, membros da PROREXT e PROGRAD e seus técnicos. Reunimo-nos durante todo o ano de 2019 para montar uma proposta de como fazer a inserção curricular da extensão. Ela não foi montada de uma reunião de 10 ou 12 “cabeças” que ficaram pensando como é que ia ser: a gente estudou como estavam andando as coisas em outras universidades e o que eu acho foi determinante foram as reuniões com os diversos grupos e unidades, como consta lá no relatório que apresentamos na entrega da primeira proposta: foram mais de 35 reuniões dentro da Universidade, em unidades, Fórum de Coordenadores, Coordenação dos Cursos da Saúde, Coordenação dos Cursos de Licenciatura, Unidades (que deram excelentes sugestões e apontaram muitos problemas), reunião com o IFCH (NR: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), com vários cursos individualmente e depois coletivamente. Uma verdadeira peregrinação com a ideia da Comissão em ouvir a comunidade interna, e esta também se mobilizou e chamava a Comissão. Conseguimos então ter uma mapa de como seria a forma mais adequada

de propor uma resolução que fosse adequada para toda a Universidade. O formato da nossa resolução é como se fosse uma caixa de ferramentas: ela oferece possibilidades e alternativas de inserção curricular em que cada curso vai customizar numa proporção maior ou menor essas ferramentas que estão disponibilizadas na resolução do CEPE. Ao longo dos debates, chegamos à conclusão que propor uma regra única com limites bem específicos para cada atividade nesse momento seria inadequado devido à diversidade, às características próprias de cada unidade. As diretrizes curriculares apontam/exigem estratégias diferentes conforme o curso, pela variação de carga horária: os cursos de Engenharia, por exemplo, tiveram enorme reformulação curricular. Por isso, considero que foi importante a decisão da Comissão à época de fazer as oitivas, de ir às unidades, de discutir com a comunidade interna, porque daí nasceu alguma coisa que pudesse ser adequada para maior parte dos cursos.

“Fizemos mais de 35 reuniões dentro da Universidade, em unidades. Uma verdadeira peregrinação, com a ideia da Comissão em ouvir a comunidade interna”

Revista da Extensão: Fico pensando na complexidade de juntar tudo isso: realizar mais de 35 reuniões, 30 unidades acadêmicas. Como conciliar tudo isso?

João Netto: Fomos tentando convergir junto com o estudo do que tinha nas outras universidades. A gente procurava sintetizar. Houve também as reuniões da comissão em si, onde a gente sistematizava esses assuntos até chegar numa proposta de resolução. Deu bastante trabalho, mas foi muito prazeroso porque chegamos ao final com alguma coisa que

pudesse ser apresentada para toda a comunidade e, em parte, um reflexo da opinião de todos os nossos colegas.

Revista da Extensão: E como tem sido o processo de implantação da resolução nas unidades que já estão atuando nisso e como o senhor atuado nesse processo?

João Netto: O panorama atual veio depois de tramitar durante quase um ano nas instâncias do CEPE, o que é normal. Tinha que ter parecer da PROGRAD, da PROEXT, da Câmara de Extensão, Câmara de Graduação, Comissão de Diretrizes, toda aquela via sacra que existe até se ter uma legislação do CEPE aprovada. Uma vez aprovada essa caixa de ferramentas, tem a seguir a questão da implementação: como eu coloco isso agora em prática nos meus currículos?

Aí, duas coisas importantes: a excelente atuação dos nossos colegas técnicos do CPD da parte do Sistema da Extensão, que antecipadamente começaram a pensar nas diversas alternativas e formas de implantar isso no sistema. Como a expectativa era de que não houvesse muitas modificações com relação à proposta (Resolução do CNE)

- como realmente não houve - se começou a pensar: como vou implantar isto? Com essa dimensão, as unidades começaram a se reunir, porque à medida que os discursos e reuniões das unidades foram se aprofundando naquela época das 35 reuniões, foram sendo traçadas estratégias. Pela Resolução do CNE já se sabia que teria de mudar os projetos pedagógicos dos cursos, o que envolve NDE (Núcleo Docente Estruturante), COMEX, COMGRAD, os departamentos de determinada unidade, os estudantes, ou seja, envolve toda a comunidade. Tudo o que saiu escrito na resolução, então, naturalmente levou as unidades a se prepararem. Aí, começaram a surgir dúvidas: “puxa como é que eu implemento isso?”, “tal coisa é possível ou não é possível?”. E aí então de novo começamos a ser chamados a ir às unidades: visitei há pouco a FAVET (Faculdade de Veterinária), já fomos à Faculdade de Farmácia. Isso é muito legal, porque as unidades

estão promovendo eventos que estão discutindo com os estudantes, com os professores e com os técnicos, quais são as alternativas, como usar essa caixa de ferramentas disponibilizadas pelo CEPE, quais são as dificuldades e quais são os avanços. Isso é muito interessante porque, primeiro, além da diversidade, surgem ideias muito interessantes que podem ser compartilhadas e também alguns problemas que a gente não tinha percebido, que felizmente não mudam a regra, mas envolvem questionamento de como eu faço isso no sistema, como fazer o registro de forma automatizada, situações que não tínhamos imaginado e que agora aparecem. Essas demandas geram muitos frutos, pois estão sendo organizadas. Recentemente, a PROEXT e a PROGRAD montaram um grupo de acompanhamento do andamento dessas atividades da inserção curricular da extensão, justamente para poderem interagir de maneira mais formal com o CPD e outros órgãos necessários para realizar o registro. Esse grupo, segundo a Professora Adelina Mezzari, pró-reitora de Extensão, está organizando eventos institucionais em toda UFRGS de forma a promover uma discussão maior, chamando todos a participarem e compartilhem experiências.

“O formato da nossa resolução é como se fosse uma caixa de ferramentas: ela oferece possibilidades e alternativas de inserção curricular em que cada curso vai customizar numa proporção maior ou menor”

Revista da Extensão: Quais questões tu destacarias como mais importantes ou relevantes ou até curiosas mesmo, que vocês não esperavam, com relação a esse processo de implantação?

João Netto: Dentre as questões que prevíamos que iria acontecer está o questionamento com relação à carga horária docente, pois toda a

resolução fala em carga horária discente. E como fica a valorização da carga horária docente? As unidades vão propor aumento da oferta de projetos, programas, cursos e eventos de extensão, mas as pessoas são as mesmas. Então, elas vão dividir seu tempo e precisam ver de que forma vão valorizar isso, para não prejudicar nem a parte da progressão e alocação de encargos docentes, e que permita ter essa oferta de atividades. A outra questão traz uma situação nova: a resolução prevê para o estudante que uma carga horária de uma disciplina esteja associada a um projeto de extensão. Como exemplo, da minha disciplina de 60 horas, cinco horas não serão em sala de aula, serão dentro do projeto “tal”, já existente, que tem ver com a disciplina e seus objetivos. Uma coisa que não tínhamos pensado: e se o estudante matriculado naquela disciplina já participou daquela atividade de extensão? Se ele fizer de novo, sabemos que cada experiência na extensão é nova, mas ele precisará fazer de novo? Vai levar dispensa daquela carga horária? Como é que fica? Como faço o registro disso para garantir que não há duplicidade? Este é um nó bem interessante, que ainda não tem solução, estamos pensando como vamos ajustar isso, porque surgiu e pode acontecer. Outro desafio diz respeito aos cursos noturnos. A gente já vem conversando sobre isso há mais tempo, e é algo que deverá ser construído coletivamente na direção de uma reengenharia dos cursos, para adequar a carga horária das disciplinas de modo a abrir espaço às atividades de extensão e ter uma garantia da oferta dessas atividades no período noturno. Ao mesmo tempo, a gente sabe que não são todas as atividades que se adequam a isso neste momento.

Revista da Extensão: São realmente muitos desafios a serem enfrentados.

João Netto: Sem dúvida, e existem ainda outros que precisamos considerar. Um que já era conhecido, e que agora terá de ser enfrentado, é o dos recursos: como desenvolver e realizar essas atividades de extensão para os nossos quase

35 mil estudantes? E eu não falo só de recursos financeiros, mas também humanos, materiais, a articulação de projetos com a comunidade na cidade ou fora dela. Sempre que as atividades forem extramuros, o que é uma característica da extensão, temos aquele problema tradicional do seguro. Se é uma atividade acadêmica, ela tem de ser coberta pelo seguro. Precisamos costurar todo um diálogo com a Procuradoria para encontrar uma solução e, então, convencer o TCU e a CGU, que para esse tipo de atividade se justifica uma apólice coletiva para os estudantes. Esse é um desafio importante principalmente com o aumento do número de projetos que vão atuar extramuros, que se deslocam até as comunidades. Se há o deslocamento de mais alunos, como eu faço essa gestão? Existem alternativas para isso: não há nada que diga que o seguro tenha de ser de dotação orçamentária do MEC. É possível pegar de um fundo resultado das fundações e transferido para as universidades para se obter parte desses recursos. Neste caso, tornaria-se necessário ver com o CONSUN quem vai fazer a proposta. Veja que há toda uma articulação mais típica de gestão que deverá ser feita em algum momento, para garantir a efetividade da oferta dessas atividades.

Revista da Extensão: E como é que tem se dado as alterações nos projetos pedagógicos dos cursos? Isso também é um dos nós que vocês estão tendo de enfrentar...

João Netto: Essa é uma responsabilidade regimental das comissões de graduação e atuam junto com os NDE's e as COMEX. A resolução já dá uma pista de como é o tratamento dessas alterações, quem tem de assinar, quem tem de encomendar, quem tem de dar parecer junto. Já está se discutindo há mais tempo esse processo junto ao Fórum de Coordenadores. A Câmara de Graduação até fez um conjunto de sugestões, encaminhou para o Fórum e seu presidente na seção do projeto pedagógico que trata da inserção curricular da extensão. Já fizemos um check list também de tudo que tem de conter

no projeto pedagógico que a gente usa como base para fazer a primeira análise na Câmara. Também compartilhamos isso com os coordenadores de forma que o pessoal está preparando. Quem não fizer uma alteração completa do projeto pedagógico porque ele já está conveniente e atendendo as diretrizes curriculares, faltando apenas uma seção que fale da extensão, vai ter algumas dicas e alguns encaminhamentos. Aqueles que já estão promovendo uma grande alteração já vão incluir isso no próprio texto do projeto pedagógico. Mas isto é uma discussão que é quase que permanente no Fórum de Coordenadores. Inclusive nós tivemos uma experiência forçada no ano passado, no sentido de que houve uma resolução do CNE que colocou que, para o período de emergência sanitária, quem quiser poderia usar os dispositivos, desde que colocando no projeto pedagógico alguma coisa que faça essa referência, para não ficar inconsistente. Aí nós tivemos que alterar os mais de 96 projetos pedagógicos da UFRGS em cerca de dois meses, e, através dessa estratégia de colocar recomendações (alguns cursos já estavam em processo de mudança e alteraram todo o projeto pedagógico), muitos cursos usaram esse dispositivo de fazer uma sessão específica e a Câmara analisou rapidamente, de maneira que conseguimos alterar todos os projetos. Então, se seguirmos a mesma sistemática, e obviamente com uma temática diferente, já com as discussões que foram feitas no Fórum, a gente entende que vamos conseguir obter alteração consistente em todos os projetos pedagógicos nesse período que nos é devido.

Revista da Extensão: Uma última pergunta sobre essa questão da inserção curricular: no artigo 15 da resolução é colocado um calendário para a implantação desse processo. Ele vem sendo cumprido?

João Netto: Sim. O nosso prazo é que os registros têm de começar a ser feitos no início do ano letivo 2023/1. Isso é certo. A partir disso, nós estabelecemos um calendário agora,

na última reunião dessa comissão, da qual fazem parte PROREXT e PROGRAD, que trata formalmente da operacionalização. O calendário trata das alterações curriculares, pois muitas coisas implicam questões como “porque estou alterando o currículo do curso”, “porque estou inserindo a extensão”. Então, é uma alteração curricular, que vai tramitar com data limite igual às demais alterações curriculares, que é no final de outubro. Esta também é a data limite para a entrega dos projetos pedagógicos alterados. Quem quiser entregar antes pode entregar, mas essa será a data limite para que a Câmara possa ter tempo de analisar e de tudo isso ser processado e registrado no sistema. Para que isso aconteça, estão sendo feitos alguns eventos para tirar mais dúvidas e consolidar essas formas de descrever as coisas no projeto pedagógico, além de outras questões que estão surgindo, até para poder afinar os sistemas, pois estes vão ter de estar prontos para que se possa fazer pelo menos a parte do registro do currículo. E também, antes disso, para o início de julho, todos os formulários deverão estar prontos para que as COMGRAD’s tenham já os documentos disponíveis lá no SEI para fazer alteração curricular e seus encaminhamentos (passar por conselho da unidade, parecer de COMEX, parecer de NDE e todas aquelas coisas até chegar no final de outubro na Câmara de Graduação). O calendário está, portanto, sendo cumprido e a formalização é necessária para que daqui a algumas semanas o CPD possa formalmente ser encomendado pela Pró-Reitoria, que vai informar as modificações necessárias (algumas já estão implementadas) para fazer o registro. Aí temos outra questão interessante: na organização da Universidade, quem demanda modificações no Sistema de Extensão é a Pró-Reitoria de Extensão, e somente ela, assim como no Sistema de Graduação é a Pró-Reitoria de Graduação. Como há muitas modificações no Sistema de Graduação, o trabalho será organizado por prioridades. Por conta disso, a comissão é que vai centralizar o pedido formal dessas modificações e encaminhar então para o CPD, que por sua vez vai

sinalizar. Mas felizmente essa parte de implementação no que toca ao Sistema de Extensão já está bem adiantada, sendo possível fazer testes, estão bem adiantadas algumas dessas coisas.

Revista da Extensão: Professor João, acho que conseguimos obter um panorama bem completo da questão da inserção curricular da extensão na UFRGS a partir desta nossa conversa. Mais alguma consideração sua a respeito deste tema?

João Netto: Uma consideração que também faz parte de todo o trajeto é que, nesse ínterim no qual houve esse tratamento todo da inserção curricular da extensão, houve uma modificação significativa na resolução das atividades da extensão, que resultou na Resolução 075 do CEPE, que obviamente foi alterada antes (metade de 2020), mas foi importante, porque essas modificações foram feitas já pensando nas necessidades da inserção curricular da extensão. Então, essa resolução da extensão, que já estava pronta antes da inserção curricular, modificou algumas coisas, como os cursos de extensão, desde que não seja exigido para os cursistas (público-alvo) não ter a exigência de nível superior completo para fazer o curso, estes passam a poder ser ministrados completamente por estudantes (desde que acompanhado por um orientador acadêmico) - antes havia um limite de 30%. Isto visa a expandir a possibilidade de que cursos de extensão possam ser ministrados para a comunidade com a participação efetiva dos nossos estudantes. Estou dando exemplo de cursos porque pelo quantitativo de ações de extensão da Universidade, mais da metade são cursos, falando em número de eventos/ocorrências, o que não é de se estranhar, pois uma universidade dar curso é uma coisa natural dentro da parte da difusão cultural e atendimento de algumas necessidades. Outra coisa que foi feita: inseriu-se formalmente na equipe coordenadora dos programas, projetos, cursos e eventos de extensão a figura do orientador/a acadêmico/a, porque na inserção curricular da extensão, para que alguma coisa seja inserida no currículo, eu tenho

que ter orientação acadêmica/avaliação de um docente. Isso está lá na resolução do CNE. Então, antecipadamente a gente já colocou que toda a atividade de extensão pode ser coordenada por técnicos, ter a participação de pessoas externas, mas tem que ter a figura do orientador acadêmico, para que ela depois possa ser passível de inserção curricular. Então, isso tudo foi um trabalho antecipado e conjunto já mirando essas coisas.

Revista da Extensão: Professor, agradeço sua disponibilidade e convido o senhor a deixar uma mensagem final para os nossos leitores e extensionistas.

João Netto: Como mensagem final para os estudantes e para todos, digo que temos a convicção de que a extensão modifica o sujeito e faz com que ele tenha uma formação mais ampla e completa. E deixo ainda um convite àqueles que não experimentaram ainda a extensão: que o façam, que se insiram num projeto de extensão. Pode até ser poucas horas, mas, tanto docentes como técnicos, para que tenham essa visão ampliada das coisas que são possíveis de se fazer dentro da Universidade, junto com as atividades de ensino e pesquisa. E aqueles que têm alguma dúvida do tipo “será que tal atividade poderia ser considerada extensão?”, “como é que eu enquadro?”, que é uma grande dúvida que existe, sugiro que conversem com a Comissão de Extensão e façam uma simulação. Pensem numa determinada atividade, coloquem como se fossem colocar num formulário de extensão e perguntem para a COMEX, “isso aqui caracteriza extensão?”. Se sim, segue adiante, insira isso na sua disciplina, proponha isso para os seus estudantes e teremos aí muito mais extensão difundida e promovida com reflexo importante não só para a comunidade externa, mas também, refletindo, modificando e melhorando a nossa comunidade interna, os nossos saberes acadêmicos, que tanto a gente procura desenvolver na Universidade. ◀